



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 40/2015

Período: 31/10/2015 – 06/11/2015

GEDES - UNESP

- 1- Piloto morreu em acidente aéreo durante a apresentação em comemoração ao Dia do Aviador
- 2- Documentos trazem novas informações acerca da morte do sociólogo Juarez Guimarães de Brito durante o regime militar
- 3- Artigo analisou as transformações no Brasil durante e depois do regime militar
- 4- São Paulo terá um Museu da Aviação
- 5- Comissão Nacional da Verdade e Ministério Público Federal investigam empresas ligadas ao regime militar
- 6- Comandante do Exército afirmou que a instituição não intervirá no atual cenário brasileiro
- 7- Pesquisa revela elevação do consumo de drogas nas Forças Armadas
- 8- Jornalista foi premiado por obra sobre o regime militar

1- Piloto morreu em acidente aéreo durante a apresentação em comemoração ao Dia do Aviador

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, no dia 31/10/15, um avião de pequeno porte caiu no mar na cidade de Salvador, no estado da Bahia. Segundo a Força Aérea Brasileira (FAB), o piloto e a aeronave eram civis. O acidente ocorreu durante a apresentação, em comemoração ao Dia do Aviador, do Pelotão dos Cães de Guerra da Aeronáutica e depois de um show da Esquadrilha Textor Air Show. O piloto foi resgatado com vida do mar, mas faleceu no hospital. (*Correio Braziliense – Brasil – 01/11/15*)

2- Documentos trazem novas informações acerca da morte do sociólogo Juarez Guimarães de Brito durante o regime militar

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, a partir da análise de cerca de 3 mil documentos, o Projeto República, coordenado pela historiadora Heloísa Starling da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), esclareceu as circunstâncias da morte do sociólogo e um dos fundadores do Comando de Libertação Nacional (Colina), Juarez Guimarães de Brito, em 1970. De acordo com o periódico, documentos pertencentes aos órgãos de inteligência militar e aos centros de informações das três Forças, contradizem a versão oficial a respeito da morte de Brito. Por muitos anos, afirmaram que Wellington Moreira Diniz, membro da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e da Vanguarda

Popular Revolucionária (VPR), foi o responsável, após tortura, por dar informações que levaram ao fim organizações clandestinas de resistência armada ao regime militar (1964-1985). Dentre essas informações estaria o local de encontro de Diniz e Brito, no Jardim Botânico, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Starling, os documentos comprovam que agentes infiltrados pelos militares foram os responsáveis pelo fim das organizações clandestinas. O jornal se encontrou com Diniz, 45 anos depois dos fatos e lhe mostrou algumas cópias dos documentos encontrados por Starling. Diniz afirmou que não sabia sob o infiltrado e que provavelmente foi ele o responsável por entregá-lo. Diniz foi duramente torturado por 72 horas, devido a sua posição dentro da organização e por conhecer Carlos Lamarca, Brito e sua esposa, Maria do Carmo Brito, entretanto Diniz se manteve em silêncio. Apesar disso, a polícia tinha conhecimento do local de encontro de Brito e Diniz, e o usou como isca para capturar Brito e sua esposa. O casal percebeu e fugiu, porém retornou em seguida para resgatar o amigo, foram cercados e mortos por mais de 30 policiais. Segundo Starling, a morte de Brito foi mais uma ocorrência em decorrência da atuação de agentes infiltrados nas organizações de esquerda, “apesar disso, a não ser o caso do Cabo Anselmo, até hoje pouco se soube em relação à política e às estratégias adotadas pela repressão em relação a eles”. O projeto conseguiu identificar três perfis de infiltrados: militares, ex-militantes de esquerda que após tortura passaram a colaborar com o regime e pessoas que atuaram exclusivamente por dinheiro. (Correio Braziliense – Política – 01/11/15)

3- Artigo analisou as transformações no Brasil durante e depois do regime militar

Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo*, Luiz Werneck Vianna, sociólogo, comparou a liberdade que existia durante o regime militar (1964-1985) e a que existe após ele. A partir disso, analisou as razões pelas quais algumas pessoas desejam o retorno dos militares ao poder. Para Vianna o regime militar não deixou saudades e hoje a sociedade está livre dessa ameaça, porque sofreu grandes transformações ao longo das últimas décadas, o que possibilitou a reconquista das liberdades civis e públicas. Segundo Vianna foi durante as eleições de 1974 que a sociedade descobriu que podia lutar contra o regime militar pela via eleitoral e nos gigantescos protestos contra os assassinatos do operário Manoel Fiel Filho e do jornalista Vladimir Herzog nos porões do regime militar, consolidando assim a busca pela democracia política. A partir de 1988 com a Constituição Federal o país reconquistou o “liberalismo político, impôs limites ao discricionarismo do Poder Executivo por meio de instrumentos de accountability, entre os quais o de controle da constitucionalidade das leis, e fixou princípios e instituições afetos à questão social, abrindo canais, com a criação de novos institutos”. Além disso, o autor afirmou que o Brasil está um caos graças a escândalos como a operação Lava Jato, mas que ainda há tempo para “recuperarmos o fio da meada”. (O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 01/11/15)

4- São Paulo terá um Museu da Aviação

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Campo de Marte, localizado da região norte da cidade de São Paulo, um hangar e uma pista de pouso e decolagem na sede da Escola de Aviação da Força Pública do Estado, ganhará o primeiro museu da aviação da cidade. O museu contará com as peças pertencentes ao inventor Santos Dumont e terá espaços interativos, com enfoque no público infanto-juvenil.

Estuda-se também a exposição de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB) e aviões do Museu TAM. Segundo o major-brigadeiro Marcelo Kanitz Damasceno, comandante do 4.º Comando Aéreo Regional (Comar), grandes cidades devem ter um museu da aviação. Kanitz afirmou que “o Rio tem, mas é militar. Esse será genuinamente civil.” Com relação à construção e administração do museu, a discussão está ocorrendo entre a Aeronáutica, a São Paulo Turismo e a organização não governamental Eductam, que administra o Museu TAM na cidade de São Carlos. (O Estado de S. Paulo – Edição Especial Santos Dumont – 01/11/15)

5- Comissão Nacional da Verdade e Ministério Público Federal investigam empresas ligadas ao regime militar

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) encaminhou ao Ministério Público Federal (MPF) um pedido para investigar empresas que teriam atuado em conjunto com o regime militar (1964-1985). Uma dessas empresas é a Volkswagen, sendo a primeira empresa a negociar judicialmente uma reparação por ter financiado ou participado ativamente da repressão à oposição política e ao movimento operário durante o regime. O procurador regional dos Direitos do Cidadão do MPF em São Paulo, Pedro Antônio de Oliveira Machado, afirmou que o dinheiro da reparação será depositado no Fundo de Interesses Difusos ou utilizado na construção de um memorial ou museu sobre o período, ideia também sugerida por Manfred Grieger, diretor do departamento de Comunicação Histórica do Grupo Volkswagen. Sindicalistas pediram ao MPF que apure a participação do corpo dirigente da empresa em situações como espancamentos e torturas de operários ligados aos partidos comunistas dentro da própria indústria e quais benefícios foram recebidos pela Volkswagen por contribuir com o regime. O jornal também relatou o caso de Lúcio Bellentani, integrante do Partido Comunista do Brasil (PCB) e funcionário da Volkswagen da cidade de São Bernardo. Em julho de 1972 ele foi levado a uma sala do setor de Recursos Humanos da empresa, onde foi espancado. Posteriormente, foi transferido para o Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (Dops-SP), onde foi torturado diversas vezes. Hoje, aos 71 anos, Bellentani pediu “que a verdade venha à tona, pois várias empresas também foram responsáveis pelo que ocorreu em nosso País.” O próximo grupo a ser investigado pelo MPF será a Petrobrás. A estatal é acusada de delatar petroleiros, que foram torturados e impedidos de voltar a trabalhar na empresa, além de ajudar a cassar centenas de funcionários. Segundo *O Estado*, procurada pelo jornal, a empresa não se manifestou acerca do assunto. Outras empresas apontadas pela CNV como envolvidas no financiamento de órgãos da repressão são: a Ford, a General Motors, a Toyota, a Mercedes Benz, a Scania, a Chrysler, a Ultragaz e a Caterpillar, sendo a maioria localizada na região do ABC paulista. Segundo ex-agentes do Destacamento de Operações e de Informações (DOI) de São Paulo, os empresários envolvidos no financiamento de órgãos de segurança do regime militar eram movidos pelo receio de que os grupos de esquerda instalassem no Brasil um regime comunista, além de temerem pela própria vida. Eles citaram, como exemplo, o assassinato de Henning Albert Boilensen, executivo da Ultragaz, assassinado a tiros em 1971 por integrantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Boilensen era acusado pelos grupos armados de acompanhar sessões de tortura no DOI. (O Estado de S. Paulo – Política – 01/11/15)

6- Comandante do Exército afirmou que a instituição não intervirá no atual cenário brasileiro

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o general Antonio Hamilton Martins Mourão foi demitido do Comando Militar do Sul, por decisão do general Eduardo Villas Bôas, Comandante do Exército, após fazer “duras críticas à classe política, ao governo e convocar oficiais da reserva para ‘despertar de uma luta patriótica’”. Segundo o jornal, o general foi transferido para a Secretaria de Economia e Finanças do Exército após declarar, em relação à possibilidade de impeachment da presidenta da República Dilma Rousseff, que apenas sua substituição não levaria à “mudança significativa no ‘status quo’” e que “a vantagem da mudança seria o descarte da incompetência, má gestão e corrupção”. Em entrevista concedida ao *O Estado*, Villas Bôas afirmou que Mourão é um “oficial reconhecido na Força”, mas que a demissão foi necessária para reforçar “que toda e qualquer manifestação do Exército tem de ser institucional” e que os militares devem falar, mas apenas em sua esfera de atribuição, sendo que no âmbito institucional é o comandante do Exército quem se pronuncia. Villas Bôas afirmou que se não fosse tomada nenhuma atitude em relação ao ocorrido isso geraria um precedente para solidariedade ou indisciplina no Exército e que a intenção foi de demonstrar que tal comportamento não será aceito. Em relação ao atual cenário político e econômico brasileiro, o comandante afirmou que a preocupação do Exército é a possibilidade de que o agravamento da crise econômica se transforme em um “problema social”, o qual, se transformado em violência, passa a estar relacionado diretamente ao Exército, que tem, segundo o comandante, o papel de “manter a estabilidade e qualquer coisa que venha eventualmente a quebrar essa estabilidade preocupa”. Entretanto, Villas Bôas afirmou que isso não significa intervenção política e que o Brasil tem “instituições sólidas e amadurecidas”, sendo que é responsabilidade de tais instituições solucionarem os problemas atuais. Segundo Villas Bôas, o Brasil estaria vivendo uma “crise ética”, mas que essa não é responsabilidade do Partido dos Trabalhadores (PT), pois se refere a uma crise da sociedade brasileira e está presente em todas as classes sociais, embora se potencialize ao chegar naqueles que possuem poder político. O comandante lembrou que Exército tem sido chamado para tomar providências no sentido de solucionar a crise atual, pois as pessoas estão demandando “os valores que as Forças Armadas representam”, os quais seriam essenciais para que o país retome o processo de evolução, progresso e desenvolvimento. Ao ser questionado sobre o papel do Exército perante a possibilidade de um impeachment, Villas Bôas afirmou que a instituição deverá estar preparada “para qualquer emprego previsto na Constituição”. Em relação aos recentes cortes no orçamento, o comandante afirmou que o Exército tem encontrado dificuldades e lembrou que o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) já está ameaçado, sendo que após os cortes as tecnologias que serão produzidas já estarão obsoletas e afirmou que o Exército utiliza o fuzil FAL da década de 1960, o qual também já estaria obsoleto, e que há falta de munição, o que significa que em caso de necessidade de utilização do Exército, esse encontraria problemas em seu desempenho. (*O Estado de S. Paulo – Política – 02/11/15*)

7- Pesquisa revelou elevação do consumo de drogas nas Forças Armadas

Segundo o periódico *Correio Braziliense*, o Superior Tribunal Militar (STM) divulgou dados que demonstram um aumento no número de ocorrências de tráfico e uso de

drogas ilícitas envolvendo membros das Forças Armadas. No período de dez anos entre 2002 e 2012, o número de ocorrências cresceu 200% (de 64 casos para 192). O estudo ressaltou ainda, que o perfil dos militares envolvidos é, em geral, formado por soldados temporários ou recrutas, solteiros e na faixa etária de 18 a 20 anos – representando 95% dos casos. Na investigação realizada pelo Centro de Estudos Judiciários da Justiça Militar da União (Cejum), mais de 18 mil crimes foram analisados, sendo o tráfico ou uso de entorpecentes o quarto crime mais usual. Para o ministro general do Exército e coordenador da pesquisa, Fernando Sérgio Galvão, “o número de crimes relacionados a substâncias entorpecentes vem crescendo de forma alarmante nos últimos anos”, sendo esse fenômeno um mero reflexo da elevação do consumo de drogas na sociedade civil. (Correio Braziliense – Política – 04/11/15)

8- Jornalista foi premiado por obra sobre o regime militar

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Marcelo Godoy foi premiado pela Biblioteca Nacional, na categoria Ensaio Social, com o livro “A Casa da Vovó”. A obra trata da repressão durante o regime militar (1964-1985) e histórias do Destacamento de Operações de Informações (DOI) de São Paulo no início dos anos 1970. Segundo o periódico, o livro de Godoy também é finalista do prêmio Jabuti. (*O Estado de S. Paulo* – Caderno 2 – 05/11/15)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Brasiliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBITI); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PROEX); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais); Gabriel Camargo do Vale (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Laura Pujol Ricarte (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Moreno Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Stephanie Loli Silva (Redatora, graduanda

em Relações Internacionais); Valéria Cristina Derminio Sobral Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais)